



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Blumenau - SC - Brasil

NARRANDO UMA PAISAGEM VIVA - UMA CARTOGRAFIA NAS RUÍNAS DO
DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO

Douglas Silveira Martini (PROPUR/UFRGS) - douglassmartini@gmail.com
Arquiteto e Urbanista (UFRGS). Mestrando em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS).

Daniele Caron (PROPUR/UFRGS) - daniele.caron@ufrgs.br
Arquiteta e Urbanista (UFRGS). Doutora em Urbanismo (Universidad Politécnica de Cataluña). Professora adjunta da Faculdade de Arquitetura e do Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

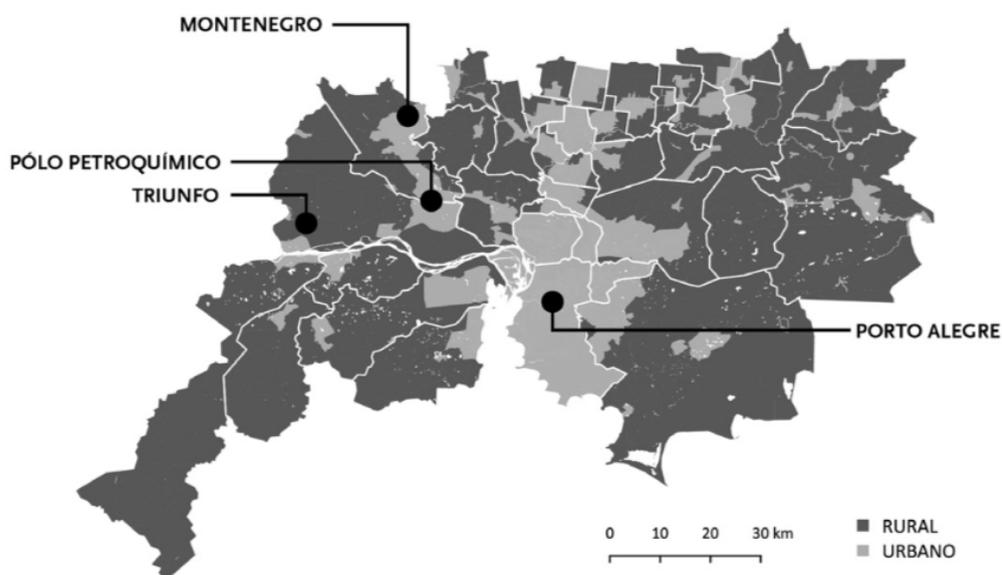
Narrando uma paisagem viva

Uma cartografia nas ruínas do desenvolvimento metropolitano

1. INTRODUÇÃO

Em uma das caminhadas pela rodovia BR-386 no município de Triunfo (RS), o que encontramos no percurso, em um primeiro olhar, são caminhões de grande porte entrando e saindo de grandes portais industriais. Letreiros elegantes pousam sob imensos gramados verdes anunciando empresas que, em uma primeira associação cognitiva, nos dizem quase nada sobre sua natureza, a não ser a ideia de que não pertencem originalmente àquele contexto: “Supplex”, “Dräger Service”, “Texlan”, “Hexion”, “Ecofusion”, entre várias outras expressões estrangeiras, nos fazendo perceber as narrativas globalizadas impondo seus ritmos a esses lugares. Olhando com atenção, em diferentes momentos, notamos uma ecologia complexa em movimento: aterros, concretagens e pavimentações moldando o espaço construído, entre pássaros desorientados e répteis atropelados por uma velocidade violenta de transformações. Processos onde um brutalismo arquitetônico parece sair de sua infância utópica e assumir uma maturidade catastrófica, esgotando as possibilidades de vida para além da lógica mercantil capitalista. Mesmo sem rastrear os fluxos de capital dessas ecologias de produção que transitam pelo oeste da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), tomamos como uma pista de que a urbanização nessas margens metropolitanas é, sobretudo, uma expansão veloz de capital estrangeiro pela região. Como narrar paisagens metropolitanas globalizadas, marcadas por uma urbanização extensiva, e profundamente afetadas pela expansão do capitalismo?

Figura 01 - Localização de Triunfo e Montenegro no contexto da RMPA



Fonte: Censo 2010, elaborado pelo autor (2021).

Para quem transita na rodovia, em um olhar desatento, pode parecer uma paisagem tipicamente funcional (MUÑOZ, 2016), com elementos construídos semelhantes aos que se encontram em qualquer grande cidade do planeta. Atividades mercantis atendendo à demandas e descartes das grandes concentrações populacionais metropolitanas: armazéns de logística, empresas de transporte, borracharias, ferro-velhos, redes de alta tensão, postos de gasolina, restaurantes, pedágios, parados, plantações de eucalipto e acácia, extração de areia e brita, etc. No caso de Triunfo e Montenegro, encontramos um fenômeno em que pequenos núcleos populacionais, que chamaremos aqui de *localidades*, passam a atender a essa população do campo nos serviços básicos. Essas localidades, que estão distantes das sedes municipais, se desenvolveram, entre muitas outras linhas, através das migrações de um recente êxodo rural na região, mas também por processos de êxodo urbano, de aposentados buscando um “canto calmo” e de pessoas empobrecidas buscando promessas de emprego nas economias de beira-de-estrada. As localidades apresentam uma complexidade de difícil caracterização, visto que não podem se classificar como bairros isolados e não têm a autonomia administrativa de uma sede municipal ou distrital tradicional, tal como conhecemos.

O cotidiano destas localidades, que convocam a lógica local dentro do global, nos desafia a pensar uma paisagem híbrida, constituída de práticas rurais, comerciais e industriais de difícil separação. O desafio se coloca pela invisibilização e reconhecimento desses espaços como o de beira-de-estrada e de logística metropolitana enquanto paisagem, tanto nos instrumentos técnicos de planejamento, como nas próprias pesquisas científicas sobre o tema. Isso decorre, em grande medida, pelo entendimento da paisagem enquanto um conceito-categoria objetificante, idealizado e purificado, distanciado da vida vivida e de todos os conflitos interescares das zonas metropolitanas.

Suspeitamos que a invisibilização dessas muitas outras paisagens às margens do desenvolvimento metropolitano acontece pela lógica que Ana Clara Torres Ribeiro chamou de “imagens-síntese de desenvolvimento”, onde a paisagem é propagada e vendida como um arranjo excludente de enunciados e significantes de imaginários de “desenvolvimento urbano”, sem lugar para toda a miríade de práticas que chamamos aqui de sujeira debaixo do tapete metropolitano. Essas imagens-síntese são configuradas e propagadas pelos grupos de interesse que mantém processos de dominação e opressão, sejam eles parte da administração pública, da mídia, do empresariado, do agronegócio, entre outros.

Como olhar para as práticas cotidianas que perfazem a paisagem e constituem a sujeira que vai para baixo do tapete metropolitano? Como saber se essas práticas corporificam os modos hegemônicos de urbanização metropolitana ou alguma outra forma de habitar a paisagem? Como a produção de narrativas que digam das paisagens das localidades, hibridizadas e dissonantes, pode tensionar as imagens-síntese que sustentam as práticas do planejamento vigente?

É nessas localidades às margens do desenvolvimento urbano metropolitano, às margens da BR-386, às margens dos estudos urbanos e historiográficos, que vamos situar nossa pesquisa. Essas localidades

engendram uma ecologia intensa de transformações. Pensando com Certeau (2014, p.159), que "existe uma estranheza do cotidiano que não vem à superfície, ou cuja superfície é somente um limite avançado, um limite que se destaca sobre o visível", buscamos ir além do olhar panóptico e de sobrevoo para estas paisagens metropolitanas.

Para adentrar as brechas dessas paisagens com seus "praticantes ordinários" (ibidem), onde vamos situar nossos corpos em uma cartografia (PASSOS; KASTRUP, 2009) a partir das narrativas da paisagens dos municípios de Triunfo e Montenegro, onde já temos algum parentesco, afetos, experiências e pressupostos parciais. Habitamos essas ruínas também.

Como desdobramento parcial dessa cartografia, experimentamos um pequeno exercício de montagem com o *acervo narrativo* até então cartografado, onde selecionamos e aproximamos alguns fragmentos narrativos das localidades para contarmos um pouco sobre as ecologias da urbanização da região de estudo, sobre as táticas e estratégias dos habitantes, sobre os seus modos de resolver a vida nas paisagens às margens da urbanização metropolitana.

2. PROBLEMATIZANDO A PAISAGEM-OBJETO

Iniciado no ocidente ao menos desde a invenção da perspectiva por Brunelleschi, o incômodo que é transversal a toda nossa pesquisa, e talvez com raízes mais antigas, é o entendimento que se tem da paisagem enquanto um objeto. Como analisado por Daniele Caron (2017), no campo do planejamento urbano, já em sua origem moderna no século XIX, conduziu-se a paisagem urbana através de reformas estéticas e higienistas, sobretudo desfavorecendo as classes operárias e oprimidas (CARON, 2017, p.29). Mais recentemente, nas últimas quatro décadas, a categoria da paisagem voltou a compor com as políticas de planejamento urbano, sobretudo a partir das demandas de iniciativas de preservação ambiental e cultural (Ibidem, p.30).

Entrando nos estudos urbanos e regionais, e mobilizados pelo legado do pensamento moderno Ocidental, vemos que entre as muitas categorias-conceito de análise espacial, a paisagem tem sido uma das mais compreendidas a partir da separação entre natureza e sociedade. Suspeitamos, ao nos apropriarmos das reflexões de Augustin Berque (2011), que parte das reflexões sobre a paisagem podem ser aproximadas de uma das duas concepções mais utilizadas: uma materialista e uma "subjetivista". Na primeira, a categoria-conceito é interpretada através de operações onde se compreende a paisagem a partir de suas características materiais. Nesse caso, uma ideia de natureza objetiva e suas formas estariam tomando frente aos aspectos culturais. Na segunda, mais "subjetivista", a paisagem é comumente centrada no sujeito individual, que se projeta e age sobre uma natureza externa a seu corpo. As duas abordagens, entretanto, permanecem apegadas aos dualismos natureza/cultura, físico/simbólico e objetivo/subjetivo, excluindo os fenômenos, fluxos e acontecimentos híbridos complexos, as simbioses de relações entre as pessoas, as coisas, os materiais e os meios onde coabitam.

Nesses dois usos, não apenas se delimitou, planejou e mapeou as paisagens em zonas categorizadas, como também, em alguns projetos urbanísticos, a paisagem foi pensada a partir de um ponto de vista romântico, idílico ou espetacularizado (CARON, 2017, p.60-2). No Brasil, as iniciativas de planejamento estratégico das últimas décadas reforçaram essa concepção da categoria-conceito da paisagem, que “deve ser atrativa para ser consumida pelo mercado” (Ibidem, p.84). Dessa forma, ao tomarmos a paisagem enquanto uma construção objetificada, o que constatamos é uma paisagem patrimonializada e institucionalizada, e/ou vendida e consumida como mercadoria. A paisagem passa a tomar os holofotes com narrativas imersas em um “excesso de design” que manifesta novidades de consumo e enunciados homogeneizantes, invisibilizando a multiplicidade de práticas que compõem, narram e constroem as ecologias das cidades brasileiras (CARON et al., 2019). Esse incômodo nos faz refletir com a autora que, se

(...) por um lado, temos a necessidade de incluir a paisagem como objeto de planejamento, apontando que os instrumentos para sua gestão devem ser mais incisivos, condicionando as políticas territoriais, por outro lado, os instrumentos de gestão da paisagem são não só limitados, mas frequentemente inadequados ou ineficazes. (CARON, 2017, p.94)

No Brasil, com a criação da Chancela da Paisagem Cultural Brasileira (Portaria IPHAN nº 127/2009), que seria como uma espécie de “selo de qualidade” a ser reivindicado pela população, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) passa a reconhecer e valorizar a relação de determinados coletivos humanos com o meio em que habitam. Além disso, o documento que estrutura o instrumento considera os riscos que os fenômenos de “expansão urbana, globalização e massificação” podem apresentar aos contextos de vida e as tradições locais. Ainda que o instrumento represente um avanço no reconhecimento, valorização e proteção de algumas paisagens, não deixa de operar uma estigmatização de outras que possuem matizes híbridos e dissonantes.

A paisagem também aparece nos Estudos de Impacto Ambiental e de Impacto de Vizinhança (respectivamente, EIA e EIV), que costumam participar do processo de licenciamento para grandes projetos urbanos e/ou obras de infraestrutura. Entretanto, muitos desses estudos vêm alterados pelas próprias empresas que capitalizam aquela paisagem para seu empreendimento, e poucas vezes consideram o cotidiano ordinário dos habitantes locais que se expressa de modo mais tímido enquanto paisagem. De modo que as grandes extensões territoriais das zonas metropolitanas, nas quais figura uma paisagem homogênea, e ao mesmo tempo disforme, irão compor planos urbanos e metropolitanos como zonas cinzas e expectantes de novas urbanizações e projetos, de pouca qualidade paisagística e com uma narrativa única, às vezes banalizada, para contar. .

Apesar dessa reflexão crítica que busca encontrar o lugar dessas paisagens no planejamento urbano, entendemos que os estudos com dados

geomorfológicos e mapas regionais, em grande escala, podem ser úteis em muitas situações de urgência em políticas de planejamento estatal e/ou em monitoramento ambiental. Entretanto, nos perguntamos se a tendência de categorizar as paisagens em função de uma suposta qualidade paisagística não opera também a objetificação do conceito, reduzindo a paisagem mais à marca do que às matrizes que engendram sua expressão (BERQUE, 1998, CARON, 2017). Qual o lugar, nos estudos da paisagem, para as paisagens da periferia da urbanização metropolitana? Como trazer, para o campo de estudo e do planejamento urbano e regional, as paisagens vividas em uma ecologia cotidiana junto a atividades de comércio, serviço, extrativismo, silvicultura, indústria, logísticas, etc. que se proliferam a partir de grandes centros metropolitanos?

Para quem está de passagem nessas regiões, essas paisagens à margem da urbanização metropolitana podem não apresentar diferenças e singularidades. Em um primeiro olhar, o que se vê são paisagens que reproduzem uma “homogeneização formal e funcional”, com atividades que se encontram na periferia de outras regiões metropolitanas do planeta (MUÑOZ, 2016, p. 299). Diferente da apreensão que fazemos dos centros históricos, ou mesmo de vilas e favelas, as paisagens nesses contextos periféricos não configuram status e legibilidade como lugares de cotidiano, de reprodução da vida e de experiência vivida. É uma paisagem disforme, apesar de sua suposta homogeneidade, e frequentemente nos é indiferente, porque figura o que é banal. Essas paisagens híbridas da periferia metropolitana “misturam padrões rurais e urbanos, naturais e industriais e causam tensões e rupturas que exigem uma leitura aberta à diversidade e à complexidade” (CARON, 2010, p.72), o que dificilmente acontece para quem transita no ritmo dos automóveis, ou mesmo para pesquisas realizadas a partir de visitas rápidas e imagens de satélite. De acordo com a autora, a complexidade dessas paisagens pauta sua legibilidade, frequentemente tornando-se invisível, estigmatizada, tanto do ponto de vista geográfico como social.

Pensando na esteira de Ingold (2015, p. 69) que as propriedades das paisagens, como a de todos os outros materiais no mundo, tornam-se envolvidas em histórias, entendemos que há muito mais paisagem por baixo desse tapete metropolitano, do que é possível varrer a partir do seu processo de objetificação e purificação conceitual. Em nossa busca por uma objetividade da paisagem, em esforços frequentes de zonestar e categorizar, deixamos de considerar e reconhecer os vários fenômenos e histórias que seguem acontecendo junto às transformações e permanências da periferia metropolitana.

3. AS IMAGEM-SÍNTESE DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Em nossa conjuntura, onde grande parte das relações sociais são apoiadas em nosso destaque atribuído à visão, é evidente que a imagem é uma das primeiras condições necessárias para a produção do espaço (MUÑOZ, 2004, p.29). Assim, pressupomos que há uma alienação nesse ciclo de mediação narrativa que fazemos sobre a experiência do espaço, de suas

formas, seus signos e suas figuras. Nesse processo, os espaços que reconhecemos por anúncios publicitários, por panfletos de projetos políticos, por notícias dos jornais, pelas diversas mídias que nos cercam cotidianamente influenciam a forma como pensamos o mundo, e também a paisagem. Com as tramas em curso no meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2002), implicadas no fenômeno de urbanização metropolitana, as formas de acumulação do capital e as elites com maior influência na produção do espaço capitalista promovem consensos totalitários, sobretudo construídos em cima de uma alienação de natureza territorial, pela desapropriação de recursos essenciais à vida e por crescente dependência técnico-científica (RIBEIRO, 2005, p.265). Em linhas complexas de cartografar, os valores de uso, do território usado cotidianamente pelos homens, vão sendo substituídos por valores de troca¹. Nesse processo de uma pedagogia capitalista do cotidiano, as paisagens para vida passam a se configurar em paisagens para renda (ROLNIK, 2019), reconfigurando-se incessantemente em função dos signos abstratos da globalização e da financeirização pautados pela racionalidade ocidental.

Essa discussão se aproxima do nosso estudo da paisagem a partir da noção de “imagens-síntese” desenvolvida por Ana Clara Torres Ribeiro. A partir desse conceito-construto, a autora apresenta como se constroem alguns consensos narrativos totalitários nas políticas econômicas de produção do espaço metropolitano e seus impactos nas relações sociais. A partir dos movimentos de uma sociedade voltada ao consumo e à espetacularização do cotidiano, chama-se a atenção para a crescente importância da imagem e da informação na ideação da vida urbana, onde o “dado substitui a narrativa, a imagem substitui e/ou recodifica o discurso” (RIBEIRO, 1998, p.13). Esse processo, que já fora germinado décadas antes por Walter Benjamin ([1940], 2012; 2013) em sua crítica à modernidade e a uma transformação progressiva da história, segundo a autora, estabelece sínteses culturais, imagens-síntese, homogêneas e homogeneizantes. Entendemos que essas imagens-síntese, ao simplificar a complexidade da experiência cotidiana dos lugares em excesso de design e outros enunciados de consumo, invisibilizam narrativas que poderiam romper os “consensos discursivos sobre a vida em espaços metropolitanos.” (RIBEIRO, 1994, n.p)

Entre os desafios em cartografar e interpretar as paisagens pautadas por imagens-síntese, está a constatação de que esses enunciados consensuais engendrados pelos grupos hegemônicos incorporam, continuamente, em movimento de captura, alguns enunciados de anseios sociais ou insurgências (ROLNIK, 2006, p.105). Da mesma forma que reproduzimos inconscientemente modos de trabalho, de ensino, de produção de conhecimento, de relações afetivas (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p.42), esse “desenvolvimento urbano” das imagens-síntese passa a compor uma matriz de

¹ Ao que nos parece uma releitura da teoria marxiana de valor, onde Ana Clara Torres Ribeiro pensa com Milton Santos sobre os aspectos do fenômeno do capitalismo em sua fase de globalização, principalmente a partir da noção de “lugar fantasmagórico” (SANTOS, 2002, p.80). Segundo os autores, o “território usado” tensiona os lugares fantasmagóricos impostos pelos valores de troca de um espaço constantemente convertido em mercadoria.

pensamento e de ação, através da produção de enunciados, signos e figuras. Um pensamento sobre a paisagem.

Embora a imaginação e a criatividade sejam frequentemente valorizadas nos debates de desenvolvimento urbano, tudo que escapa ao ritmo do progresso e do desenvolvimento é logo descartado pelo ideário de modernidade eurocêntrica e de colonialidade (RIBEIRO, 2009, p.32). Nessa cesta de descarte, os enunciados das classes populares que dão a ver modos de vida rural e marginais, para além do turismo e de “eco-experiências”, são frequentemente apreendidos em nosso campo de planejamento urbano como um aglomerado disperso de modos de vida pré-modernas, atrasadas, para fora do desenvolvimento, restando as “alternativas infernais” do desenvolvimento capitalista (STENGERS, 2015).

Essas imagens-síntese da paisagem metropolitana não são mobilizadas ao acaso, mas são dotadas de intencionalidade publicitária e ideológica das classes economicamente privilegiadas. São como vitrines de um Shopping Center vendendo imaginários de modelos de urbanização e de urbanidade, modelos de paisagens com valor, onde encontramos uma falsa ideia de totalidade harmônica e homogênea da metrópole e da urbanização metropolitana. Nesse esforço totalizante, negamos as ruínas e os fragmentos originados nos processos de destruição e reconstrução das cidades brasileiras pelas práticas dos habitantes das classes pobres e populares, pelas suas sensibilidades relativistas e impulsos pragmáticos cotidianos, que não cabem dentro de sínteses ou de dualismos de desenvolvimento/atraso, urbano/rural, entre outros (ECKERT; CARVALHO, 2005, p.21-7). s

Pensar a paisagem metropolitana acolhendo os conflitos e dissensos, seus cacos e suas ruínas, requer compreender que suas mediações narrativas compõem uma malha de relações de poder e de lutas representacionais que nem sempre são evidentes. Não há uma narrativa autêntica que dê conta de representar a totalidade de um fenômeno ou contexto, e é precisamente dessa totalização que pretendemos escapar quando estamos dispostos a convocar a dimensão ética e política na produção do conhecimento sobre a paisagem. Entendemos que um posicionamento tático e uma abordagem narrativa da paisagem pode nos aproximar da experiência cotidiana múltipla e complexa dos sujeitos que perfazem as tramas do espaço metropolitano.

4. TRAZENDO A PAISAGEM DE VOLTA À VIDA

No primeiro impulso para organizar uma abordagem teórico-metodológica que dê conta das muitas outras paisagens debaixo do tapete metropolitano de urbanização, onde a vida acontece para além e apesar das imagens-síntese de desenvolvimento, nos parece pertinente situar nosso entendimento parcial, situado e corporificado da paisagem, admitindo que isso pode nos convocar a prestar contas sobre os futuros desdobramentos da pesquisa (HARAWAY, 1995).

Em nossas universidades brasileiras, ao evocarmos a noção de “fenômeno”, de paisagem enquanto fenômeno, podemos também desaguar no

risco dessa mesma separação entre natureza e cultura, como problematizamos antes, mas agora em direção a um entendimento demasiado cultural da paisagem: a paisagem-fenômeno, pensada exclusivamente a partir de seus significados simbólicos e da representação cultural que eles constroem a partir dos indivíduos humanos (INGOLD, 2000, p.208). Embora esse tipo de abordagem seja produzida sob uma epistemologia que, na maior parte das vezes, se faz parcial e situada como valorizamos e, sob uma ética que resgata o valor de uso da paisagem para os envolvidos, ele ainda dá a entender que a paisagem é uma noção capaz de ser apreendida exclusivamente a partir de humanos, de suas significações e de suas mediações. Entretanto, a paisagem pode ser pensada como um trabalho em contínuo andamento, um “acontecer” de vários aconteceres entrelaçados ao longo do tempo e do espaço, em movimentos com nós, apesar de nós e além de nossa ação (INGOLD, 2000; 2012). Insistindo nessa linha, Ingold (2012, p. 31) nos lembra que habitar o mundo “é se juntar ao processo de formação”.

Algo próximo a esse sentido profundo de um habitar é proposto por Augustin Berque (2016) quando ele busca retomar um certo “pensamento paisageiro” em nossa relação com o que construímos e habitamos². O autor nos conta que, diferente da abordagem objetificada da paisagem do pensamento moderno Ocidental, em alguns contextos onde não havia uma palavra para “paisagem”, havia certo sentido de paisagem, em afetos que se movem em relação à paisagem. Esse sentido de paisagem consistiria de uma relação contínua entre pensamento e paisagem que não necessariamente configura um pensamento objetivo e estruturado, mas um sentido que se exerce através das nossas artes de viver com a Terra. A paisagem poderia ser compreendida, então, como uma ética do habitar.

A partir desse entendimento, abrir-se ao emaranhado de rastros humanos na paisagem, suas práticas, suas histórias, suas linhas e texturas (INGOLD, 2012) se torna uma linha³ em pesquisa para nós. É uma lógica ao mesmo tempo materialista e subjetivista de organizar nossas trajetórias e percepções junto ao mundo e intencionar as nossas ações, de trazer as coisas à vida (Ibidem, 2012). Ao habitar a paisagem, estamos sempre atando laços que não se encerram, como as trilhas que fazemos ao andar (INGOLD, 2015, p. 90). E essas linhas, nas relações com a paisagem, se estendem em outras linhas, em ações que narram possíveis contornos, fricções e outros modos de escrita da vida. Ao reconhecermos essas implicações à pesquisa, abordamos a

² Tanto Tim Ingold quanto Augustin Berque são influenciados pelas reflexões sobre o habitar de Martin Heidegger, em especial pelo texto “Construir, habitar, pensar”, de 1954. Tim Ingold (2015) também é afetado pelas reflexões sobre produção de Marx e Engels no ensaio “A ideologia Alemã” que são retomadas, em seus termos, “conforme os indivíduos produzem suas vidas, assim eles o são”.

³ Ao longo do texto nos referimos a esse vocábulo frequentemente: linhas de produção, linhas de práticas, linhas de conexão, linhas de relações, linhas de pensamento, linhas de enunciados, linhas de devir, etc. Linhas são fios da vida, “somos feitos de linhas” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p.72). As linhas evocam o entre, a relacionalidade que partilhamos ao viver, ao nos envolver e ao narrar. Ao habitar a paisagem, estamos sempre atando laços que não se encerram, como as trilhas que fazemos ao andar (INGOLD, 2015, p. 90).

paisagem a partir de uma lógica narrativa em um movimento de emergência ética, entendendo experiência e narrativa como artefatos políticos de pesquisa, que podem convocar vozes, gestos e olhares que rompem com o regime de autorização discursiva dominado pelas imagens-síntese.

Enquanto movimento de emergência ética, entendemos que a abordagem narrativa pode vir ao encontro da “habilidade para responder” que evocamos antes, sobretudo ao buscarmos construir relações corporificadas de “eu-nós”. A partir de uma narração, podemos reconhecer nossos vínculos em comum, nossas paisagens habitadas em comum e aprendemos a conjugar mundos a partir de nossas partes (RIBEIRO, 2010; HARAWAY, 2016). A abordagem narrativa entra, então, como uma aposta ética na produção de um conhecimento que busca pensar com outras pessoas (ARFUCH, 2010), que nos permite pensar com os muitos “saberes sujeitados”, frequentemente considerados “saberes ingênuos, saberes hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível do conhecimento ou da cientificidade requeridos” (FOUCAULT, 2005, p.12). Estamos apostando nos encontros narrativos como uma produção de conhecimento comumente chamada de “solidariedade em política e de conversas compartilhadas em epistemologia” (HARAWAY, 1995, p. 25). Narrar a paisagem é participar de um processo coletivo nas margens da urbanização metropolitana, reconhecendo-nos uns aos outros enquanto narradores-praticantes em uma mesma comunidade ecológica das localidades de estudo, como corpos que participam em uma mesma paisagem.

Ao pensarmos experiência e narrativa como artefatos políticos de pesquisa (MIZOGUCHI, 2015), estamos dispostos a dar passagem às paisagens criadas e destruídas cotidianamente, mais do que revelar ou descobrir como está constituída. Estamos em um movimento de rasura do abismo que separa sujeito e objeto, entendendo a paisagem metropolitana como um devir, cujas histórias narradas nos permitem acessar e compor a experiência vivida no tempo e no espaço. Ao contar uma história, os narradores tecem os fios e as relações na paisagem que importam no agora, em encontros situados e corporificados, visto que palavras e linguagem estão materialmente participando das paisagens (HARAWAY, 2015). Narrar a paisagem é fazermos, situados em um determinado espaço, do presente uma estória, uma história inacabada repleta de muitas “agoras”, como nos sensibilizou Walter Benjamin ([1940], 2012). Não se tratam de diagramas de linhas de conexão bem delimitadas e passíveis de estruturar, ou de uma rede com pontos de partida e de chegada. Narrar a paisagem é como tramar as linhas de fluxos, desejos e enunciações em uma malha ou um tecido (INGOLD, 2012), com continuidade e descontinuidade, opacidade e translucidez. E é sobretudo nas margens do tapete de urbanização metropolitana, entre contradições e complexidades de um capitalismo brutal aos corpos, onde podemos encontrar e apreender uma diversidade biológica e social e suas artes de fazer, seus modos de resolver a vida (TSING, 2015).

Queremos contar outras histórias e outras paisagens, operando furos e abrindo frestas em um regime discursivo que releva algumas narrativas em detrimento de outras. É a partir de nosso entendimento da paisagem enquanto um fenômeno vivo de relações que apostamos escrever uma outra parcela da

história do habitar metropolitano, o avesso da paisagem propagada pelas imagens-síntese. Narrar a paisagem para “escovar a história a contrapelo”, como dizia Walter Benjamin. Nessa outra parcela, co-produzimos narrativas de natureza/cultura em explicação conjunta. E esses fragmentos de narração, seus enunciados e suas imagens de pensamento passam a compor uma memória coletiva da paisagem (CARON, 2019). Serão para nós como trapos⁴ mundanos (naturais/culturais) (HARAWAY, 2015) das ruínas do progresso e do desenvolvimento metropolitano, que emergem do tapete de urbanização metropolitano e que dão a ver uma paisagem singular. Nesse movimento de narrar junto a sujeira do tapete, suspeitamos que seja possível desestabilizar a paisagem enquanto uma categoria-objeto e reconhecê-la enquanto processo vivo e em movimento, que nos convoque a um habitar comum, apesar do progresso e do desenvolvimento metropolitano.

Isabelle Stengers (2002, p.182) ao falar de ciência e de sociedade, nos lembra que a ideia de progresso “permite estruturar a história, separar o essencial do anedótico”, separando o que “merece ser conservado e amplificado e o que pode, com algumas dores passageiras, ser relegado ao passado”. Walter Benjamin, nas “Teses sobre o conceito da história”, de 1940, nos chama a atenção aos estilhaços e as ruínas que passam despercebidas pelas forças do progresso. A partir desse entendimento, ao entrar em contato com os estilhaços e ruínas de uma memória coletiva da paisagem, habitando o seu desmoronamento, o “falso brilho de totalidade se extingue” (BENJAMIN, 1984, p.198).

É nas ruínas do desenvolvimento urbano, em localidades situadas entre os fenômenos de urbanização extensiva, de expansão do capitalismo e dos processos de globalização, onde esperamos habitar a paisagem a partir de uma lógica narrativa. Ao longo de toda a pesquisa, convocaremos relatos onde agricultores, aposentadas, kilombolas, cortadores de mato, ambientalistas, adoecidos, artesãos, catadores, carroceiros, frentistas de posto, professoras, poetas, borracheiros, laçadores, pescadores, entre outros, narram e tecem conosco outras paisagens metropolitanas.

5. CARTOGRAFAR E MONTAR: PEQUENO ENSAIO METODOLÓGICO DEBAIXO DO TAPETE METROPOLITANA

5.1. A cartografia e a montagem como desdobramentos da lógica narrativa da paisagem.

Operar a paisagem a partir de uma lógica narrativa requer também pensar procedimentos metodológicos que acolham o relato e a experiência, em um processo aberto de co-emergência com os sujeitos que participam da pesquisa. Nesse sentido, nos parece pertinente introduzir o que entendemos

⁴ Nos inspiramos pela figura do catador de trapos, que vai em busca dos “restos” da história, em uma experiência com o passado, como evocada por Walter Benjamin (BENJAMIN, [1940], 2012). “Cada história é ensejo de uma nova história, que desencadeia uma outra, que traz uma quarta, etc.”(Gagnebin, 1987, p.13).

pelo método cartográfico e de que forma os nossos procedimentos cartográficos e as narrativas produzidas na paisagem se emaranham para contar sobre a paisagem metropolitana, onde apostamos no uso das operações de montagem para trazer a paisagem à vida. Como nossas paisagens merecem outras histórias, precisamos nos preparar para as artes de apreender, montar e problematizar com essas narrativas da paisagem. Nosso entendimento do método cartográfico é resultante de um cruzamento de pelo menos duas referências de pesquisa-intervenção (ou de observação participante), ambas implicadas com os incômodos que já exploramos até aqui - em especial a objetividade e a parcialidade na produção do conhecimento científico.

A nossa primeira abordagem é entendida enquanto uma espécie de cartografia afetiva, onde compreendemos que estamos, em pesquisas da vida e na vida de pesquisa, o tempo todo engajados na produção de subjetividade. Esse método, embrionado por Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995), foi na sequência divulgado pelas reflexões tecidas por Suely Rolnik (2006) e, alguns anos depois, pelos esforços rigorosos organizados por Virgínia Kastrup, Eduardo Passos e Lílina da Escóssia (2013) ao elaborarem algumas pistas do método cartográfico. De acordo com esses pensadores, o método da cartografia consiste no acompanhamento de processos e no acompanhamento das linhas de relações envolvidas junto a um processo de produção (KASTRUP, 2013, p.32). Em nosso caso, junto às relações complexas de viver e morrer nas paisagens à margem da urbanização metropolitana, em nossas localidades de estudo.

Nessas cartografias não se trata de representar um objeto, de representar uma forma e seus limites. O que está em questão não é evocar paisagens definidas, acabadas ou emolduradas. Trata-se de dar atenção ao encontro, aos materiais e as forças que se movem nesses encontros (Ibidem, p.38). Não se trata de um gesto de sobrevoo. Na cartografia incluímos e reconhecemos também as nossas linhas enquanto pesquisadores nos diagramas de relações que se desenham pelo trajeto da pesquisa, visto que estamos implicados em intimidades com nossos narradores⁵, onde também somos vistos e marcados em nossas parcialidades compartilhadas (HARAWAY, 1995). A cartografia adiciona opacidades aos saberes herdados pelo pensamento moderno Ocidental, abrindo espaço para uma produção do conhecimento que surge como composição, sempre a partir da invenção (KASTRUP, 2013, p.49). Entre as tarefas do cartógrafo, segundo Suely Rolnik (2006, p.23) é a de “[...] dar língua para os afetos que pedem passagem, dele se espera basicamente que esteja mergulhado nas intensidades de seu tempo”.

A segunda abordagem, chamada de *cartografia da ação*, foi elaborada por Ana Clara Torres Ribeiro e Cátia Antonia da Silva ao buscarem entender as

⁵ As relações estabelecidas com nossos narradores ainda estão em aberto. Apostamos em pelo menos três tipos de encontros diferentes: encontros rápidos ao acaso, nos percursos do cotidiano; encontros narrativos mais duradouros, com mais de uma visita, acompanhando processos de produção; encontros narrativos coletivos, em rodas de conversas ou em eventos comunitários.

transformações da ação social junto a conjunturas complexas e conflitualidades da urbanização metropolitana brasileira. Há, nessa abordagem, uma ênfase orientada aos usos dos praticantes do espaço e de suas artes de fazer, suas táticas⁶ e estratégias, seus modos de resolver a vida (CERTEAU, 1994). Essa abordagem vai de encontro a um entendimento do cotidiano que é inacabado, que se apreende no ato, que é sempre passível de movimentos inusitados, em contingência de toda natureza. Na cartografia da ação, é ao seguir as linhas que orientam os movimentos da sociedade que o pensamento se movimenta em outras linhas, em modo dialético. Nas palavras das autoras:

“Significa, portanto, tanto a contextualização veloz da ação hegemônica, cada vez mais estrategicamente localista, quanto a valorização imaginativa dos lugares vividos, onde a vida escorre ou ganha força reflexiva e transformadora.” (RIBEIRO et al., 2001-2002, p. 4)

O cartógrafo da ação está sempre se perdendo entre as linguagens complexas do que se ouve e o que se vê (CERTEAU, 1994, p. 70). Cartografamos para reconhecer e participar das batalhas cotidianas enfrentadas por nossos narradores, para compreender os agentes envolvidos nessas relações, problematizar os enunciados e ações hegemônicos e ecoar os enunciados e ações contra-hegemônicos que nos afetam. A ação cotidiana, mesmo em suas insignificâncias, da espessura e move as disputas por outros modos de desenvolvimento urbano, por outras paisagens. A cartografia da ação entende que as alternativas sociais podem estar já por aí, no acúmulo entre fragmentos silenciosos, em emaranhados de práticas e ações libertárias tecidas no dia a dia. Ana Clara Torres Ribeiro sempre mobilizou a categoria filosófica dos *homens lentos*⁷ de Milton Santos (2002), ao tecer sobre a cartografia da ação. Há muitas linhas de vidas subterrâneas que atuam sob outros regimes de temporalidade, em movimentos traçados nas paisagens às margens da urbanização metropolitana.

Em resumo, o que nos interessa em ambas as abordagens de cartografia é compreender, observar e participar das paisagens seguindo suas linhas de produção, intrigas e movimentos de ação. Nos interessa a busca por paisagens com pessoas dentro (INGOLD, 2016). E carregando pistas da

⁶ A noção de tática elaborada por Michel de Certeau (1994) é importante para a cartografia da ação porque nos permite vislumbrar os movimentos que produzem a diferenciação nos tecidos da vida, nas tramas da paisagem. Segundo o autor, elas agrupam infinitas “maneiras de fazer” em práticas cotidianas ordinárias (cozinhar, consumir, cultivar, contar, falar, etc) que só acontecem a partir de um lugar do outro, em cálculos onde não podemos contar com um “próprio”. É como viver e morrer no terreno do inimigo, nas regras do capital, nas economias da globalização, nas ecologias do desenvolvimento urbano, nos regimes de autoritarismo discursivo, etc.

⁷ A autora entende que ao cartografar os homens lentos e se abrir às suas trajetórias e seus movimentos de ação ao enfrentarem uma legalidade impossível, com suas solidariedades cotidianas, podemos ecoar racionalidades alternativas aos regimes do capital e da colonialidade do poder (RIBEIRO, 2009; QUIJANO, 2000).

cartografia afetiva e da cartografia da ação, embarcamos em uma jornada onde caminhamos, especulamos e produzimos narrativas junto às localidades de Triunfo e Montenegro, na zona metropolitana de Porto Alegre. Mobilizamos reflexões sobre outras formas de participar do planejamento urbano, outras formas de habitar as paisagens metropolitanas, outras formas de viver e morrer juntos. O que acontece são correspondências da vida real, e "não há nada particularmente especial ou incomum nisso: é, afinal, o que as pessoas fazem o tempo todo" (Idem, 2016).

Na sequência, há mais um trabalho a se fazer: apresentar e organizar nossos registros narrativos da paisagem. Parte importante dos registros do processo cartográfico se dão em nossos cadernos de campo e em nossas sacolas de passeio. Ao entendermos que o fazer-pesquisa é também um intervir-participar, sentimos a necessidade de registrar tanto o que é pesquisado, como o próprio processo de pesquisar (BARROS; PASSOS, 2013). O "eu-nós" que mobilizamos antes não pode ser evitado em nossa cartografia da paisagem. Esses registros, que chamamos em nossos processos cartográficos de pesquisa de *acervo narrativo*, são compostos de [1] fotografias e vídeos do pesquisador e de outros narradores, [2] relatos, reflexões e transcrições de visitas e encontros e [3] documentos públicos, propagandas publicitárias e notícias de jornais. Por *acervo narrativo* entendemos "um tipo de arquivo incompleto e inacabado no qual figuram as narrativas produzidas nas práticas cartográficas" (CARON, D. et al, 2020). Esses fragmentos são nossos trapos mundanos das ruínas do desenvolvimento metropolitano, enunciados soltos, ainda não sistematizados.

Para compor uma reflexão sobre a sujeira debaixo do tapete, sobre outras paisagens metropolitanas, convocamos a idéia de constelação proposta por Walter Benjamin (2006), a fim de dispor os fragmentos narrativos como imagens de pensamento (Denkbilder), uma forma de fazer política e de viver e morrer habitando a paisagem (DIDI-HUBERMAN, 2011, p.60). Diferente das imagens-síntese, que dão a ver modos de vida em um desenvolvimento urbano harmônico e totalitário sob um tempo veloz dos projetos de modernização, estamos pensando a imagem a partir de sua natureza passageira, frágil e fragmentária. Nossas imagens também nos contam sobre uma paisagem a partir das sobrevivências que se dão apesar do desenvolvimento urbano metropolitano, de sobrevivências que se acumulam e são varridas como sujeira para debaixo do tapete da urbanização metropolitana. Imagens que tornam outras linhas (e tempos) visíveis, sobretudo os tempos dos mais lentos. São vaga-lumes (DIDI-HUBERMAN, 2011).

Sendo assim, entendemos as nossas operações a partir do acervo narrativo como montagens parciais da paisagem. Paola Jacques (2018) nos mostrou, ao pensar com Walter Benjamin e Georges Didi-Huberman, sobre as possibilidades das operações de montagem na produção de conhecimento sobre o urbano. Ao combinar, justapor e aproximar fragmentos narrativos da paisagem, a montagem cruza diferentes disciplinas. Segundo a autora, a prática de montagens se movimenta por "[...] um processo de mistura temporal, mas também de narrativas e narradores, de tempos e narrações heterogêneas, um processo de montagem que formaria também uma série de polifonias"

(JACQUES, 2018, p.217). Também nas montagens, os vestígios (imagens, histórias, arquivos, etc) heterogêneos do passado ressurgem como lampejos e podem nos indicar pistas de um porvir. As relações que faremos ao montar e desmontar com as nossos fragmentos podem “rasgar” e fraturar as imagens-síntese da paisagem e trazer à vista imagens-outras, imagens parciais, abertas e dissensuais (DIDI-HUBERMAN, 2013; REYES, 2018).

É importante pontuar que ao dispor fragmentos heterogêneos - aqui entendidos como narrativas que dão a ver imagens-outras da paisagem metropolitana - estamos ampliando a reflexão sobre a não objetificação da paisagem. Entre as brechas da narrativa dominante das imagens-síntese, emergem lacunas que, mais do que revelar aspectos desconhecidos, dão a ver possibilidades de vida emaranhadas também na lógica capitalística e neoliberal que opera a produção dos espaço metropolitano. Nos referimos precisamente às impurezas que habitam essas paisagens, às subjetividades envolvidas no pensar-fazer a paisagem. O que brota das lacunas impuras da montagem, entre fragmentos narrativos, é o que nos inquieta no pequeno ensaio de montagem da próxima seção.

5.2. A vida nas ruínas do desenvolvimento metropolitano.

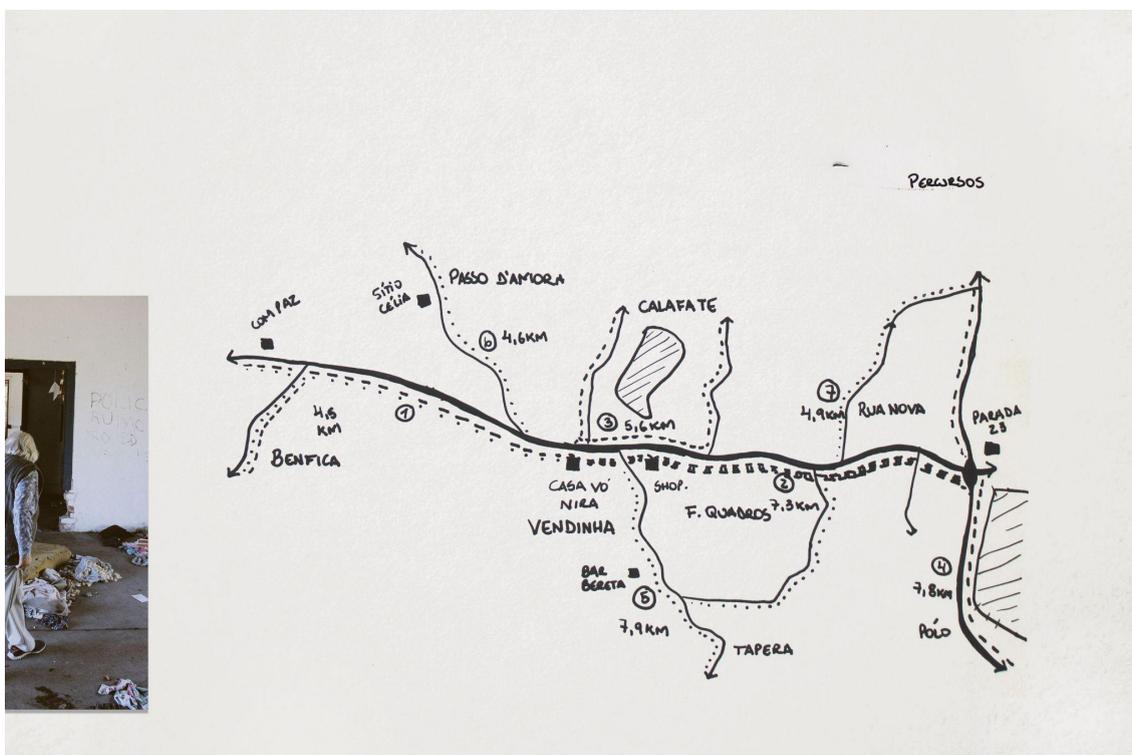
Para entendermos melhor as paisagens de estudo é necessário traçarmos, antes de introduzirmos nossas primeiras montagens parciais da paisagem, algumas breves linhas que produziram a evolução e desenvolvimento da região. Primeiramente é importante destacar que a sede municipal de Triunfo, núcleo mais antigo do município, é localizada em um ponto estratégico, isto é, junto ao encontro dos rios Jacuí e Taquari. No século XVIII, o governo geral da capitania fez a doação da sesmaria da Piedade (atual área de Triunfo) a um casal de portugueses, sendo a região concedida com a condição de que fosse reservada parte das terras para a formação de um povoado, que viria a receber imigrantes açorianos nos anos seguintes. No início do século XIV, já habitavam o povoado cerca de 190 famílias e, em 1813, já com 3400 habitantes - sendo 1700 destes negros e indígenas escravizados -, a freguesia foi elevada a categoria de município (FABRÍCIO, 1947). Ao longo do século XIX, a região desenvolve uma economia baseada na agricultura e na pecuária, produzindo uma paisagem desenhada pelas ecologias coloniais das fazendas de charque.

A sede municipal “urbana” do município teve pouco crescimento populacional no decorrer do século seguinte, constando, em 1970, com cerca de 6000 habitantes urbanos, enquanto a população rural era de aproximadamente 9000 habitantes, segundo dados do IBGE. Com o declínio da navegação fluvial e sua substituição pelo transporte ferroviário, a sede municipal de Triunfo acabou estagnando, visto que o núcleo inicial (próximo do encontro dos rios) encontrava-se deslocado do novo eixo de desenvolvimento do estado. As estações ferroviárias construídas no município, hoje abandonadas, foram localizadas distantes da sede e acabaram impulsionando o desenvolvimento de três novas localidades isoladas: Barreto, em 1910; Porto Batista e Passo Fundo, em 1936. Foi só na década de 1960 que a nossa

região de estudo, entre Triunfo e Montenegro, tornou-se inserida em uma nova paisagem de desenvolvimento regional do estado, com a construção da Rodovia da Produção, conhecida hoje como BR-386 ou, pelos habitantes locais, como “Rodovia Tabai”.

Nos cruzamentos entre a nova rodovia e as estradas que já ligavam a sede municipal de Triunfo às cidades de Montenegro e de Taquari, foram se emaranhando novas linhas de vida pelas paisagem da região, com a consolidação das localidades de Vendinha, Fazenda Quadros, Coxilha Velha, Fortaleza, Rua Nova, entre outras (Figura 02). Estas localidades estão sempre “entre” destinos de maior importância: entre Triunfo e Montenegro; entre Canoas e Lajeado, etc. Ainda assim, ao longo dos 60 anos que seguiram a inauguração da nova rodovia, as paisagens se complexificaram e os habitantes foram diversificando suas atividades de produção e suas ecologias. A consolidação de novas localizações industriais, subseqüentes à instalação do III Pólo Petroquímico, tornou a rodovia uma das principais economias de logística do estado. Em 2012, encontramos 230 e 130 empresas registradas como atividades relacionadas à logística nos municípios de Triunfo e Nova Santa Rita, respectivamente, pela proximidade com as maiores cidades da RMPA (IBGE, 2012). Embora hoje participem dessas novas economias de produção e consumo as localidades de Vendinha, Fazenda Quadros, Rua Nova e Bom Jardim, suas origens datam ao menos a partir da década de 50, quando haviam poucas dezenas de pequenas propriedades rurais e nenhum tipo de serviço público. Com a instalação do III Pólo Petroquímico do Sul, essas localidades tiveram um intenso crescimento populacional, de cerca de 120% da sua população (IBGE, 2000; IBGE, 2010).

Figura 02 - Desenho de percursos pelas localidades de estudo



Fonte: Produzido pelo autor, 2021.

Dentre as novas ecologias que começam a narrar a paisagem da região pelo fim da década de 70, a implantação do III Pólo Petroquímico toma palco central. Em 1972, três anos antes do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE) do governo militar decidir que o Rio Grande do Sul sediaria o terceiro Pólo Petroquímico brasileiro (ZANCHET; SIEDENBERG; 2012), já se constatava que o aumento da urbanização do país “obedece à lei do decréscimo da participação da agricultura no produto total” (OLIVEIRA, [1972] 2015, p.58-59). As lideranças políticas locais, que até então vinham se revezando para administrar os recursos escassos em uma paisagem traçada pelas economias da agropecuária, foram surpreendidas pela notícia do novo projeto do governo federal, cujo principal objetivo era a descentralização da indústria no país.

Em 1977, um grupo de políticos de Triunfo, em sua grande parte com baixa escolaridade e oriundos de famílias inseridas em economias de atividade rural, fizeram uma viagem ao município de Camaçari, na Bahia, dispostos a entender tudo que envolvia a implantação de um Pólo Petroquímico (Figura 03), como o que estava sendo implantado no nordeste (SANT'ANA, 2015). Nos mesmos dias da viagem, as terraplanagens para o empreendimento do sul, de pelo menos 3.600ha, já estavam aceleradas, devastando uma paisagem até então desenhada por uma ecologia de pequenas propriedades, campos, matas nativas e granjas de arroz. Atento a esses processos de desenvolvimento urbano-industrial na época em curso em algumas regiões do país, o sociólogo Francisco de Oliveira sugeriu que não existiam mais problemas agrários no Brasil, que “todo e qualquer problema hoje no Brasil é um problema urbano” (OLIVEIRA, 1978, p. 73), algo que os habitantes das localidades de Triunfo e Montenegro estavam começando a experienciar pela paisagem, em suas batalhas cotidianas para que pudessem ser incluídos nas novas ecologias da urbanização, implantadas através de projetos planejados de fora do município, sem nenhuma participação popular ou local.

Figura 03 - Fragmentos da viagem ao Pólo Petroquímico de Camaçari



Fonte: Elma Sant'Ana, 2015.

De certo modo, a implantação do III Pólo Petroquímico, e sua força enquanto uma imagem-síntese de desenvolvimento, criaram fraturas em algumas das narrativas estabelecidas nos anos anteriores sobre a vida nas paisagens da região. Com o melhoramento das infraestruturas de mobilidade e com a inserção da região nos fluxos de capitais globalizados, os enunciados que apostaram em uma Triunfo pacata e humilde, valorizando suas economias populares e ecologias comunitárias nos poemas e nas canções dos artistas da região, foram sendo sobrepostos por imagens-síntese de modernização alinhadas às ideologias do planejamento desenvolvimentistas da ditadura militar, vigentes no país. É comum encontramos panfletos e propagandas da época com slogans como “estradas, escolas e urbanismo”, “planificar para crescer”, “Triunfo vai firme na rota do progresso”, etc (Figura 04)(SANT'ANA, 2015).

Figura 04 - Fragmentos de campanha eleitoral e propagandas



Fonte: Jornal "O Farrapo", 2020; Elma Sant'Ana, 2015.

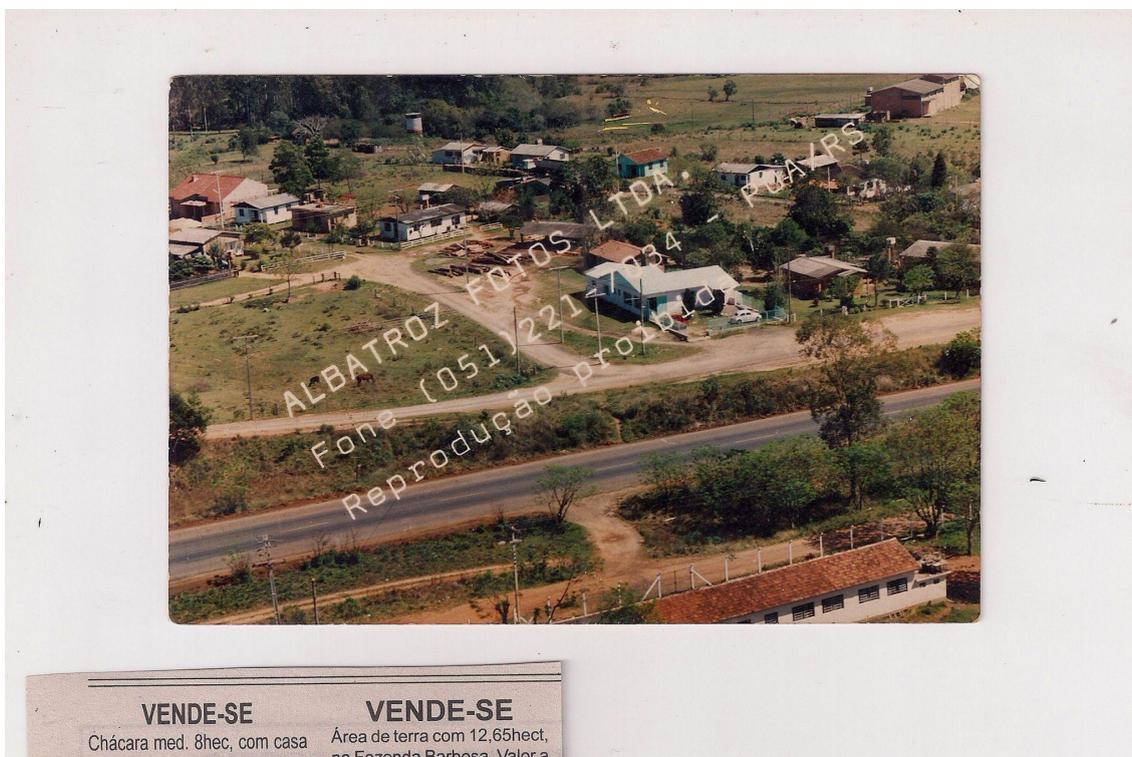
Hoje, o município não mais é reconhecido por suas linhas de vida no campo, mas por ser a sede do Pólo Petroquímico; por ter o segundo maior PIB per capita do País (IBGE, 2017), a partir da arrecadação de ICMS industrial; por ser a segunda cidade do Rio Grande do Sul com o maior risco ambiental, segundo estudos recentes da Fundação de Economia e Estatística (FEE), entre outros. Um ano antes do golpe de 1964, o triunfense José L. Freitas, em linhas que já revelam uma reação frente ao “burburinho do progresso”, escrevia sobre as paisagens e sobre os habitantes da região:

“(...) seu amor às coisas do passado (...) como a querer reservar este pedaço amado do solo gaúcho para refúgio seguro quando, nos dias agitados que vivemos, contarmos com um recanto tranquilo, onde as energias se recuperem naturalmente.” (FREITAS, 1963, p.144)

Desses anos para cá, estas paisagens à margem da urbanização metropolitana também foram traçadas por modos de resolver a vida constituídos por narrativas de “empreendedores” e “batalhadores” que venceram a precariedade da vida rural das localidades, como a de Maria (77 anos): nascida e criada em uma pequena fazenda na localidade de Benfica, conta que se movimentou de professora de uma extinta escola rural (as famosas brizoletas) à pequena-empresária do setor de transportes e logística, com seu marido, quando então se mudaram para as margens da BR-386 e instalaram a sua transportadora na localidade de Vendinha, dando textura a uma das localidades mais urbanizadas hoje em dia (Figura 05). O empreendimento do casal, ao se inserir parcialmente nos novos arranjos

produtivos que ecologizam a região, continua sendo uma empresa de pequeno porte, de economia familiar, reinventando as relações entre urbano e rural em uma conjuntura de modernização brutal da paisagem.

Figura 05 - Foto aérea da localidade de Vendinha



VENDE-SE Chácara med. 8hec, com casa	VENDE-SE Área de terra com 12,65hect, na Fazenda Barbosa. Valor a
--	--

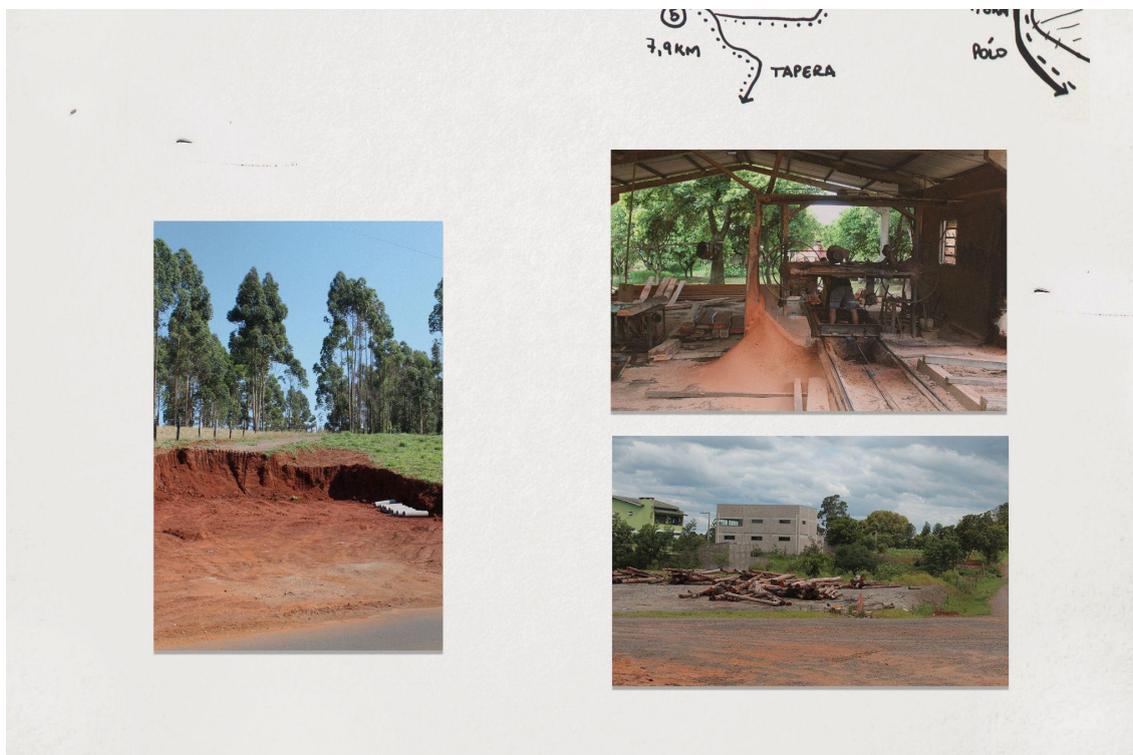
Fonte: Acervo do autor, 1994.

Embora alguns habitantes das localidades tenham conseguido se incluir com sucesso nas ecologias da urbanização, desenvolvendo táticas em seus modos de resolver a vida inseridos nos novos arranjos capitalistas que passam a desenhar as margens da paisagem metropolitana, outros nos contam sobre uma outra parte da paisagem. São histórias de frustrações, de planos que deram errado, de tentativas de empreender e de diversos recomeços por não terem as habilidades necessárias para os novos trabalhos disponíveis. Esses muitos outros, vivendo a vida através de suas práticas à margem da urbanização e dos fluxos de capital, se aproximam dos homens lentos anunciados por Milton Santos (2002). Vindo da periferia urbana de Montenegro em busca de uma promessa de trabalho em uma nova fábrica de tintas que inaugurou nas margens da BR-386, João⁸ (73 anos) conta sua trajetória até se estabelecer enquanto cortador-de-mato e faz-tudo nas localidades de Vendinha, Calafate, Benfica e arredores. O emprego na fábrica de tintas foi uma opção por poucas semanas e, após a frustração, entrou em contato com as economias comunitárias da silvicultura, passando a ser chamado, com sua família, de mato em mato com sua carroça sempre que “tinha serviço”. Entre os movimentos de descascar toras de acácia e o plantio de novas mudas,

⁸ Como parte de nossa ética em cartografar uma paisagem viva junto às ruínas da urbanização metropolitana está em jogar com a opacidade, os nomes das pessoas não correspondem, na maior parte dos casos, aos nomes reais.

aconteceu de se estabelecer enquanto funcionário fixo em uma serraria que produz e comercializa peças de eucalipto para os habitantes das localidades da região (Figura 06).

Figura 06 - Fragmentos de economias da silvicultura



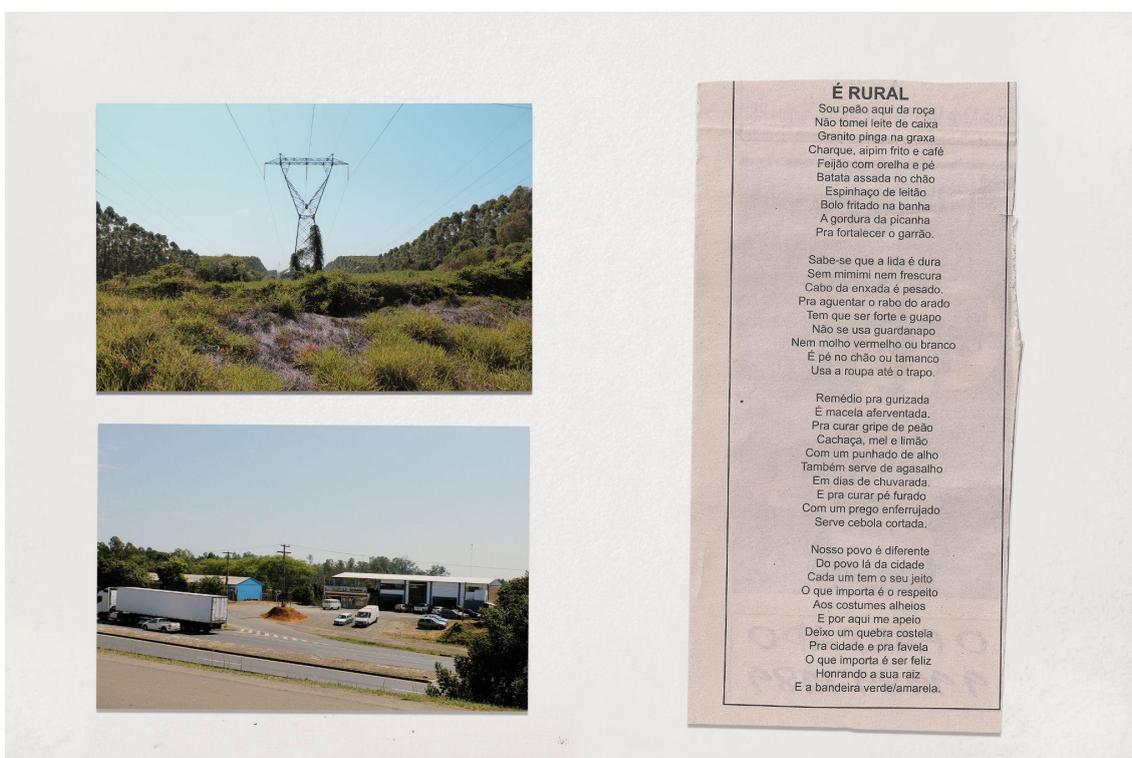
Fonte: Acervo do autor, 2021.

Histórias como esta são comuns em nossas andanças na região. Os relatos de trabalhadores que vieram das novas periferias urbanas - de cidades como Canoas, Sapucaia e Porto Alegre - ou de colonos que vieram de economias rurais em decadência do centro e da serra do estado (Encantado, Nova Bréscia, Agudo, Farroupilha, Salvador do Sul, Brochier), quase todos vieram se aventurar por promessas das obras de construção do III Pólo Petroquímico e nas economias emergentes de “beira-de-estrada”, e nos contam sobre uma outra paisagem metropolitana. São trajetórias de vida que, após a conclusão do empreendimento, fizeram paisagem, entre empregos e desempregos, nas localidades do entorno, vivendo entre economias agropecuárias e serviços subalternizados nas margens do próprio complexo industrial. Atualmente, se os moradores do que resta de “rural” nessas regiões à margem da urbanização metropolitana se classificam enquanto algum grupo, sugerimos que seja enquanto grupos que vivem entre demandas e pressões oriundas da expansão e dos mercados urbanos, corpos e histórias que sobrevivem com suas “maneiras de fazer” na “barriga do monstro” do desenvolvimento metropolitana, como na expressão de Donna Haraway (2014).

Apesar disso, habitantes continuam afirmando que são “do brejo”, “do mato” e “das grotas”, falas que aparecem ao mesmo tempo com humor e em movimentos de empoderamento, frequente em nossas vivências pela região, mesmo quando vivendo na beira do asfalto. Nesse mesmo emaranhado de

narrativas de habitantes que negam, ou que vivem apesar do desenvolvimento urbano e das imagens-sínteses, o triunfense Gildo Campos (1980), em uma canção popular famosa que narra a vida de agricultura de subsistência na localidade do Passo Raso, canta que “Meu pai era um gaúcho / Que nunca conheceu luxo / Mas viveu folgado enfim”. Essas outras imagens do cotidiano nas economias da região são atualizadas por Célia Ávila, habitante da localidade do Passo D’Amora, ao escrever sobre o cotidiano dos praticantes rurais da região: “Saiu pro trabalho já bem contrariado / Chegou à garagem, o carro enguiçado / Foi pegar o ônibus, tinha passado”. Célia, professora-poeta-gaiteira-agricultora, nos conta sobre a paisagem em poesias sobre o dia a dia de um trabalhador nas localidades nas ruínas da urbanização metropolitana (Figura 07). São histórias que mantêm vivas as trajetórias singulares dos praticantes na paisagem das localidades da região e que nos forcem a prestar atenção na polifonia existente dentro das economias possíveis às margens do desenvolvimento urbano, apesar dos apagamentos e invisibilizações dos projetos de modernização.

Figura 07 - Fragmentos de caminhadas e poema de Célia Ávila



Fonte: Acervo do autor, 2020.

Hoje, a indústria petroquímica, incluindo o complexo instalado na região de estudo, é responsável por grande parte dos insumos disponíveis no comércio de todo mundo, responsável pelo desenvolvimento produtivo e tecnológico de ecologias cotidianas de consumo e descarte de energia fóssil, em especial com o predomínio massivo das embalagens de plástico, material produzido no III Pólo Petroquímico. Seu Carlos e Dona Neusa, habitando entre as localidades de Vendinha e Fazenda Quadros, têm muito a compartilhar sobre um outro lado dessas ecologias do descarte e do plástico. O casal de

idosos católicos, que até pouco tempo fabricavam produtos de limpeza caseiros e vendiam nas estradas da região em sua kombi, hoje envolvem toda a vida no Shopping da Sucata (Figura 08), empreendimento onde fazem a coleta de diversos materiais descartados, desde ferragens industriais, lixo reciclável, eletrodomésticos estragados, restos de obras, cacarecos, etc. O local de 3.000m², em contraste com o brutalismo arquitetônico das ecologias que narram boa parte da região, foi construído a partir do uso de lixo e objetos reciclados. Por todo lugar que olhamos, há mensagens e palavras de fé compartilhadas com Deus, como conta Eduardo, que diz frequentemente que “uma coisa me dizia” para construir em tal e tal forma, revelando táticas e “maneiras de fazer” para além das práticas de construção modernas e das pré-fabricações que ecologizam os pavilhões industriais da região.

Figura 08 - Pólo Petroquímico e Shopping da Sucata



Fonte: Acervo do autor, 1983 e 2021.

Nessa ecologia das práticas do casal, que já conta com vários colaboradores, tudo é reutilizado, e o contraste dos modos de resolver a vida com as outras economias metropolitanas se estendem pela presença forte das linhas de religiosidade, reinventada e articulada em saberes arquitetônicos situados. No centro do Shopping da Sucata, um “Globo da Terra” em estrutura esférica de 3 pavimentos construídos lentamente com 4 mil garrafas pet, onde dizem que estão “os segredos de tudo que existe na Terra”, pode ser acessado por um passaporte de apenas 5 reais. Essas bricolagens espetacularizadas competem com os outdoors de grandes marcas presentes ao longo de toda rodovia, (re)criando outras paisagens de desenvolvimento urbano, onde a paisagem também passa a ser narrada por corpos às margens da urbanização metropolitana, e nos obriga a perceber, ao passar pela rodovia, os restos e

descartes envolvidos nas ecologias do plástico que compartilhamos juntos. Uma paisagem que “nenhum engenheiro” conseguiria fazer, como narra Eduardo com orgulho.

6. PAISAGENS METROPOLITANAS EM DEVIR: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essas outras paisagens nos mostram que quando varremos a sujeira necessária ao desenvolvimento urbano para baixo do tapete, para as margens, espaços periféricos e de ruralidade, é provável que sob esse tapete se institua um mundo de muitas outras relações, que envolve comunidades locais, que reproduz cotidiano, que dá vida à paisagem. Além disso, apostamos que os estudos das paisagens metropolitanas podem nos ajudar a dissolver o dualismo campo-cidade, além de dispor lado a lado fragmentos emaranhados pelos diversos campos disciplinares envolvidos nas práticas ecológicas, econômicas e comunitárias que acontecem nesses contextos (Figura 09). A partir dos próximos passos de nossa cartografia, esperamos contribuir teoricamente com mais reflexões sobre a paisagem enquanto fenômeno vivo de relações entre sujeitos e os seus entornos, e a localidade enquanto uma categoria-conceito que nos permite apreender relações territoriais a nível de experiência cotidiana.

Figura 09 - Fragmentos narrativos nas ruínas do desenvolvimento metropolitano



Fonte: Conforme citado nas outras figuras .

Diante do novo e polêmico projeto de triplicação da BR-386 previsto para iniciar em 2030, que impactará diretamente a vida de milhares de pessoas

da região, lembramos que os impactos econômicos, sociais e ecológicos que os antigos projetos, como a própria abertura da BR-386, a implementação do Pólo Petroquímico do Sul e outros concretizados nas últimas décadas na região foram muito pouco registrados nas produções científicas. Por isso, temos o compromisso de participar da construção de uma memória coletiva que reconheça as paisagens vividas pelos impactados pelos velhos e novos grandes projetos de desenvolvimento sócio-espacial. E abordar isso a partir das narrativas da paisagem, em uma cartografia corporificada atenta às experiências que se passam na região, pode enriquecer os estudos urbanos e as políticas de planejamento regional ao incluir outras vozes, outros relatos e outras imagens.

O exercício de montagem desta primeira constelação de fragmentos narrativos da paisagem apresenta traços de outras paisagens já em curso, a partir de modos de vida híbridos entre rurais e urbanos que emaranham linhas de vida cotidiana comunitária nas localidades de Triunfo e Montenegro. Experiências que mantêm vivas as escolas, as igrejas, os quilombos, os piquetes, os “bailões”, os clubes de mães e muitas outras ecologias rurais nas margens da urbanização metropolitana e nas ruínas do desenvolvimento industrial. A visibilização dessas histórias nos espaços de saberes científicos pode vir a nos fazer hesitar na tomada de decisões de futuras políticas públicas, além de nos responsabilizar pelas economias e ecologias complexas que compartilhamos juntos. Há muito mais paisagens do que podemos imaginar.

REFERÊNCIAS

ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

BERQUE, Augustin. A ecúmena: medida terrestre do Homem, medida humana da Terra. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo. *Filosofia da paisagem. Uma antologia*. Lisboa, Portugal: Vniversitas, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011, p.187-199.

_____. Paisagem-marca, Paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, R.L; ROSENDAHL, Z. (Org.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p.84-91.

_____. *La pensée paysagère*. Paris: Aux éditions Éoliennes, 2016.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 2012.

_____. *Rua de mão única-Infância berlinense: 1900*. Autêntica, 2013.

_____. *Passagens*. Trad. Irene Aron. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

_____. *Origem do drama barroco alemão*. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CARON, Daniele. *Interpretación del paisaje a través de la lógica narrativa: La Garrotxa como caso de estudio*. 2010. Dissertação de Mestrado. Universitat Politècnica de Catalunya.

_____. *El estudio del paisaje como clave interpretativa del territorio a través de las narrativas para la planificación urbana y territorial: Paraty, Río de Janeiro/Brasil como caso de estudio*. 2017.

CARON, Daniele et al. *Visibilizar as Narrativas de Rua: a dimensão pública da paisagem de Porto Alegre em questão*. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2019, Natal. Anais XVIII ENANPUR 2019. Natal: EDUFRN, 2019.

CARON, D.; ISOPPO, R. S.; OLIVEIRA, K.; PERSEU, G. M. Narrativas à margem: deslocar epistemes para uma metodologia do comum. *VIRUS*, São Carlos, n. 20, 2020.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de Fazer*. 22a ed. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2014. (1a edição: 1994).

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Sobrevivência dos vaga-lumes*. Belo Horizonte: Editora UFMG, v. 14, 2011.

_____. *Diante da imagem*. São Paulo: Editora, v. 34, 2013.

_____. *Quando as imagens tomam posição*. UFMG, 2017.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. *O tempo e a cidade*. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

FABRÍCIO, José de Araújo. A freguesia de Nosso S. Bom Jesus do Triunfo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do RS*, vol. 27. Porto Alegre, 1947.

FREITAS, Jose L. *Triunfo na História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Meridional, 1963.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

GUATTARI, Félix.; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos pagu*, n. 5, p. 7-41, 1995.

_____. *Colóquio Internacional Os Mil Nomes de Gaia: do Antropoceno à Idade da Terra*. Entrevista feita em 21/08/2014 por Juliana Fausto, Eduardo Viveiros de Castro e Déborah Danowski.

_____. *Staying with the trouble: Making kin in the Chthulucene*. Duke University Press, 2016.

HARAWAY, Donna; GOODEVE, Thyrza Nichols. Dossiê Tecnociência, corpos, gênero e sexualidade. Fragmentos: Quanto como uma folha. Entrevista com Donna Haraway. *Mediações*. Londrina, V.20 n. 1, p.46-48. Jan/Jun.2015

INGOLD, Tim. *The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill*. Psychology Press, 2000.

_____. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes antropológicos*, v. 18, n. 37, p. 25-44, 2012.

_____. *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Editora Vozes Limitada, 2015.

_____. Chega de etnografia! A educação da atenção como propósito da antropologia. *Educação*, v. 39, n. 3, p. 404-411, 2016.

JACQUES, Paola Berenstein. Pensar por montagens. *Nebulosas do pensamento urbanístico*. Salvador: Edufba, v. 1, p. 206-234, 2018.

KASTRUP, Virgínia. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (orgs.). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulinas, 2013.

MIZOGUCHI, Danichi Hausen. Experiência e narrativa: artefatos políticos de pesquisa. *ECOS-Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, v. 5, n. 2, p. 200-208, 2015.

MUÑOZ, Francesc. Paisajes ateritoriales, paisajes en huelga. In: La construcción social del paisaje. *Biblioteca Nueva*, 2016. p. 293-323.

_____. UrBANALización: en el Zoco Global de las Imágenes Urbanas. *Cidades-Comunidades e Territórios*, p. 27-38, 2004.

OLIVEIRA, Francisco de. Acumulação monopolista, Estado e urbanização: a nova qualidade do conflito de classes. *Contradições urbanas e movimentos sociais*, v. 2, p. 65-76, 1978.

_____. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. Boitempo editorial, 2015.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da (Org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PEREIRA, Danilo Celso. A chancela da Paisagem Cultural Brasileira: 10 anos de caminhos e descaminhos de uma política de cultura com compromisso social. *Revista Memória em Rede*, v. 12, n. 22, p. 173-197, 2020.

REYES, Paulo; CARON, Daniele; CIDADE, Daniela. *Narrar por projetos*. In *Nebulosas do Pensamento Urbanístico: tomo III - Modos de Narrar*. 2021.

REYES, Paulo. *A imagem fraturada a favor de um projeto como processo*. Salvador: V Enanparq, 2018.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Imaginação e metrópole: as ofertas paradigmáticas do Rio de Janeiro e de São Paulo. *Cidade e Imaginação*, Prourb/UFRJ, 1994.

_____. Tecnologias de informação e comunicação, saúde e vida metropolitana. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, v. 2, n. 2, p. 7-22, 1998.

_____. Outros territórios, outros mapas. *Osal*, v. 6, n. 16, p. 263-272, 2005.

_____. Presentificação, impulsos globais e espaço urbano: o novo economicismo. POGLIESE, H. e EGLER, TTC (comp.). *Otro desarrollo urbano: ciudad incluyente, justicia social y gestión democrática*. Buenos Aires, Clacso, 2009.

_____. Dança de Sentidos: na busca de alguns gestos. *Corpocidade: debates, ações e articulações*. Salvador: EDUFBA, p. 24-41, 2010.

RIBEIRO, Ana Clara Torres et al. Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método. *Cadernos IPPUR*. v. 15, n. 2 e Ano XVI, N.1, 2001-02.

ROLNIK, Raquel. Paisagens para renda, paisagens para vida: disputas contemporâneas pelo território urbano. *Indisciplinar*, v. 5, n. 1, p. 18-43, 2019.

ROLNIK, Suely. *Cartografia sentimental*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

SANT'ANA, Elma. *Os Triunfos de Breno*. Porto Alegre: Alcance, 2015.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. Edusp, 2002.

STENGERS, Isabelle. *A invenção das ciências modernas*. São Paulo, 2002.

_____. O preço do progresso. Conversa com Isabelle Stengers sobre as feiticeiras neopagãs e a ciência moderna. *Revista DR*, n. 4, 2015.

TSING, Anna. Margens indomáveis: cogumelos como espécies companheiras. *Ilha Revista de Antropologia*, v. 17, n. 1, p. 177-201, 2015.

_____. Paisagens arruinadas (e a delicada arte de coletar cogumelos). *Cadernos do LEPAARQ (UFPeL)*, v. 15, n. 30, p. 366-382, 2018.

ZANCHET, Neuri Antonio; SIEDENBERG, Dieter. A Indústria Petroquímica no Rio Grande do Sul: Trajetória e Contribuições para o Desenvolvimento Regional. *Desenvolvimento em Questão*, v. 10, n. 20, p. 108-139, 2012